



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

10/04/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADOR.....	3 - 5
1.3. VARA CRIMINAL.....	6 - 7
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DESEMBARGADOR.....	8
2.2. POSSE.....	9
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. JUÍZES.....	10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COMARCAS.....	11
4.2. CORREGEDOR (A).....	12
4.3. DESEMBARGADOR.....	13
4.4. JUÍZES.....	14
4.5. POSSE.....	15
4.6. VARA CRIMINAL.....	16

Deputados e professores debatem projeto que dá reajuste diferenciado

Medida Provisória apresenta pontos obscuros que, segundo a categoria, “mutilam” o Estatuto do Magistério; audiência pública foi realizada na Assembleia Legislativa

Os deputados César Pires (PV), Eduardo Braide (PMN) e Wellington do Curso (PSDB) participaram ontem, na Assembleia Legislativa, de uma audiência pública com professores da rede estadual de ensino para tratar da Medida Provisória nº 272/2018, editada pelo governador Flávio Dino (PCdoB), que concede percentuais distintos de reajuste salarial a diferentes categorias do magistério maranhense.

Os professores do Estado são divididos em classes que vão do Nível I ao Nível III e, para cada uma delas, o comunista concedeu reajustes diferentes.

Segundo membros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (Sinproesema), o governo concederá, no pagamento referente ao mês de março, reajuste integral de 10,47% aos professores do Nível I; já aos de Nível II haverá reajuste de 6,81%.

Os professores de Nível III receberão o reajuste em duas parcelas: uma de 2,71% no salário de março e outra, de 3,99%, em junho.

Os professores alegam, ainda, que as tabelas utilizadas como referência para o reajuste não respeitam o percentual de diferenciação de salários, criando um "achatamento" da carreira.

"Mais uma vez o Governo do Estado rasgou o Estatuto do Magistério por meio de uma Medida Provisória. Desta vez, ao tratar de forma desigual professores da mesma categoria quando o estatuto é claro ao dispor que qualquer reajuste deve ser igual para todos. Por isso, essa audiência se faz importante, uma vez que os professores precisam ser ouvidos e, mais que isso, entender o que está acontecendo com a MP", declarou o deputado Eduardo Braide durante a audiência de ontem.



Deputados convidaram professores e membros do governo para debater a Medida Provisória

Segundo ele, esta não é a primeira vez que o Estatuto do Magistério deixa de ser cumprido pelo Governo do Estado.

O debate sobre possível desrespeito do governo ao Estatuto do Magistério ocorre duas semanas depois de a gestão Flávio Dino ter sido obrigada, por decisão do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, a reajustar o salário de uma professora com a aplicação integral dos percentuais do piso salarial nacional do magistério.

Na ação, a professora da rede pública estadual questionou o não reajuste do piso salarial nacional do magistério desde 2016, o que, segundo ela, tem resultado em perda remuneratória de quase um terço dos vencimentos dos servidores da Educação.

Na propaganda o Governo Flávio Dino sustenta a tese de que o Estado paga hoje o maior salário aos professores após reajuste.

Governo insiste em recurso de decisão sobre reajuste

O Governo do Estado informou, por meio de nota, que cabe recurso à decisão judicial do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, que obrigou liminarmente, em gravo de instrumento ingressado por uma professora da rede pública estadual de ensino, o Estado do Maranhão a reajustar o salário da docente com aplicação integral dos percentuais do piso salarial nacional do magistério.

Na ação, a professora questionou o não reajuste do piso salarial nacional do magistério desde 2016, o que teria resultado em perda remuneratória de quase um terço dos vencimentos dos servidores da Educação.

Na nota, o Governo do Maranhão questionou teor da reportagem de **O Estado** e informou que concedeu

recomposição salarial de 6,81% a todo o subgrupo do magistério, paga sobre o vencimento em duas parcelas, sendo 2,71%, implantada no mês de março e a segunda de 3,99% em junho. "Com ganho integral pago aos docentes, o Governo pagará a melhor remuneração do país para professor em início de carreira com 40 horas de jornada semanal, no valor de R\$ 5.750,83 e R\$ 2.875,41, para 20 horas semanais em início de carreira", dia a nota.

"A respeito da decisão judicial do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, ressalta que se trata de uma ação individual e que a decisão liminar é, portanto, provisória e passível de recursos", destaca a nota. ●



Os desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Paulo Velten fazem moldura para o presidente da Fiema, Edilson Baldez das Neves, quando foram agraciados com a “Medalha Comemorativa dos 65 anos do Senai do Maranhão”

RÁPIDAS

Presidente do TJMA e diretor da Esmam homenageados

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado Maranhão, desembargador Paulo Velten, foram agraciados, ontem, com a “Medalha Comemorativa dos 65 anos do Senai do Maranhão”. A homenagem ocorreu durante a solenidade de abertura do “1º Seminário Empresarial da Fiema”.

Agraciados

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/MA), Edilson Baldez das Neves agraciou ontem o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (Esman), desembargador Paulo Velten Pereira, com a “Medalha Comemorativa dos 65 anos do SENAI do Maranhão”.

A homenagem ocorreu durante a solenidade de abertura do Seminário Empresarial “Competitividade industrial e as instituições democráticas” realizado pela Fiema em parceria com a Esman, com o objetivo de aproximar as indústrias maranhenses do Poder Judiciário, com a promoção de ambientes que favoreçam a construção do diálogo institucional.

“Para mim, é uma honra receber esta homenagem. Sinto-me lisonjeado em ser reconhecido pela Federação das Indústrias do Maranhão. Isso mostra que o Poder Judiciário tem convivência harmônica com os setores produtivos do Estado”, disse o desembargador José Joaquim.

O desembargador Paulo Velten proferiu a palestra “O Estado Constitucional e a Jurisprudência Empresarial do Tribunal de Justiça do Maranhão” e em sua fala ressaltou o trabalho do Senai na presença do diretor regional do Senai, Marco Antonio Moura da Silva.

Nova denúncia atinge delegado Thiago Bardal

Ex-titular da Seic é investigado por recebimento de propina para soltar ladrões de banco em 2016

O ex-superintendente estadual de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, está sendo acusado de ter recebido a quantia de R\$ 240 mil para liberar integrantes de um bando criminoso especializado em assalto a banco. Esses criminosos teriam sido presos na cidade de Imperatriz no começo do ano de 2016. Bardal está preso no presídio da Polícia Civil, na Cidade Operária, desde o dia 2 de março deste ano, acusado de ser um dos líderes de uma organização criminosa especializada em contrabando de mercadorias.

O Ministério Público Federal já teria solicitado a apuração dessa prática de suborno que envolve o delegado Bardal. A denúncia teria sido feita na época ao Ministério Público Federal em Imperatriz por um dos assaltantes. O Estado tentou, na tarde de ontem, um contato com a assessoria do Ministério Público Federal, por meio de telefone, para saber mais informações sobre o fato, mas não obteve sucesso.

No último dia 28, Bardal foi autuado pelos crimes de peculato, prevaricação e concussão. Segundo a polícia, ele é suspeito de ter dado sumiço a uma carga de cigarros apreendida pela Seic em agosto do ano passado, na Cidade Operária.

Ele teria tentado, ainda, extorquir do proprietário do estabelecimento comercial onde a carga foi encontrada a quantia de R\$ 150 mil.

Bardal chegou a ser ouvido por uma equipe de delegado da Superintendência Estadual de Combate a Corrupção (Seccor) e estava acompanhado de dois advogados. Em seguida, o ex-superintendente da Seic retornou ao presídio da Cidade Operária em uma viatura da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Entenda

Um cerco policial foi realizado na noite do dia 21 de fevereiro e se estendeu até a noite do dia seguinte. Uma parte do bando foi presa em um sítio, no povoado Arraial, no bairro do Quebra-Pote, onde foram apreendidos veículos, armas, munição, dinheiro e a carga de uísque e cigarros contrabandeados, avaliada em R\$ 16 milhões.

Além da prisão em flagrante, a polícia realizou, também, prisões por meio de ordem judicial. Entre os presos estão policiais militares, políticos, empresários e delegado da Polícia Civil. O processo sobre esse caso começou na 1ª Vara Criminal de São Luís e foi transferido para a Justiça Federal, onde tramita na 1ª Vara Criminal. ●

Paulo Soares



Thiago Bardal, ao chegar para depor sobre o caso do contrabando

BateRebate

HOMENAGEM



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado Maranhão, desembargador Paulo Velten, foram agraciados com a "Medalha Comemorativa dos 65 anos do Senai do Maranhão".

A homenagem ocorreu durante a solenidade de abertura do "1º Seminário Empresarial da Fiema", realizado com o objetivo de aproximar as indústrias maranhenses do Poder Judiciário, com a promoção de ambientes que favoreçam a construção do diálogo institucional.

BateRebate

POSSE

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, empossou a nova juíza da comarca de São João dos Patos, Nuza Maria Oliveira Lima. A magistrada foi removida, a pedido, pelo critério de antiguidade, da comarca de Alto Parnaíba. A decisão foi tomada durante sessão plenária administrativa ordinária do Tribunal de Justiça, realizada no dia 7 de março deste ano.

Bastidores

REDAÇÃO

editoria@oprogressonet.com

Na faixa

Depois de São Luís e Imperatriz, chegou a vez da cidade de Presidente Dutra sediar seminário sobre a municipalização do trânsito. O objetivo é discutir os meios para reduzir os altos índices de acidentes e também para sensibilizar os gestores sobre essa necessidade. O evento que acontece hoje contará com representantes do Go-

verno do Estado, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Polícia Rodoviária Federal, prefeitos da região, além de entidades que representam a sociedade civil. No final do seminário, os prefeitos poderão assinar Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para inserção dos municípios no Sistema Nacional de Trânsito

Rapidinhas

- O Fórum da Comarca de Colinas vai suspender expediente nesta terça-feira (10). De acordo com portaria publicada e assinada pelo juiz titular Sílvio Alves Nascimento, o motivo da suspensão é o feriado municipal, em função do aniversário da cidade.

Corregedor realiza visita de avaliação na comarca de Rosário

Na manhã dessa segunda-feira (9), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou visita para avaliar a situação da comarca de Rosário, quando conversou com a juíza da 1ª Vara e diretora do fórum, Karine Lopes de Castro, e com os servidores da comarca. De entrância intermediária, a comarca de Rosário funciona com duas varas judiciais e possui como termo judiciário o município de Bacabeira. Atualmente, tramitam na comarca cerca de 4700 processos. Na ocasião, a juíza relatou a situação da unidade prisional de Rosário, que atualmente abriga 107 presos, sendo 72 condenados

e 35 provisórios, superando o limite da unidade, que é de 70 presos. Em razão da superlotação, a magistrada determinou a interdição da unidade prisional para recebimento de novos presos. O corregedor determinou a averiguação da situação dos presos, principalmente os provisórios, solicitando informações dos juízes responsáveis pelos processos. A unidade prisional de Rosário recebe presos das comarcas de Humberto de Campos, Morros, Icatu, Barreirinhas e Santa Rita. Durante a visita, o corregedor verificou problemas estruturais no fórum, como infiltrações no Salão do Júri e problemas elétricos,

que foram imediatamente encaminhadas para resolução pela Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça (TJMA), por ordem do presidente do TJ, desembargador Joaquim Figueiredo. O desembargador conversou com os servidores de Rosário, ressaltando a boa organização dos serviços da comarca e a importância do trabalho dos servidores para a garantia de uma boa prestação jurisdicional e de respostas em tempo razoável à sociedade. “Contamos com o trabalho de servidores competentes e dedicados a prestar um atendimento digno à comunidade”, frisou.

Presidente do TJMA e diretor da Esmam são homenageados na Fiema

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado Maranhão, desembargador Paulo Velten, foram agraciados, nessa segunda-feira (9), com a "Medalha Comemorativa dos 65 anos do Senai do Maranhão". A homenagem ocorreu durante a solenidade de abertura do "1º Seminário Empresarial da Fiema", realizado com o objetivo de aproximar as indústrias maranhenses do Poder Judiciário, com a promoção de ambientes que favoreçam a construção do diálogo institucional. "Para mim, é uma honra receber esta homenagem. Sinto-me lisonjeado em ser reconhecido pela Federação das Indústrias do Maranhão. Isso mostra que o Poder Judiciário tem convivência harmônica com os setores produtivos do Estado", disse José Joaquim ao receber a medalha das mãos do presidente da Fiema, Edilson Baldez. Na oportunidade, o desembargador Paulo Velten proferiu a palestra "O Estado Constitucional e a Jurisprudência Empresarial do Tribunal de Justiça do Maranhão".

Rapidinhas

- Com o objetivo de discutir meios para reduzir os altos índices de acidentes e sensibilizar os gestores sobre a necessidade da municipalização do trânsito será realizado, hoje (10), às 9h, no auditório Vinícius Torres, em Presidente Dutra, Seminário Sobre Municipalização do Trânsito.
- O evento contará com representantes do Governo do Estado, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Polícia Rodoviária Federal, prefeitos da região, entre outros. No final, os prefeitos poderão assinar Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para inserção dos municípios no Sistema Nacional de Trânsito.

Empossada nova juíza da comarca de São João dos Patos

DIVULGAÇÃO



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, empossou, ontem (9), a nova juíza da comarca de São João dos Patos, Nuza Maria Oliveira Lima. A magistrada foi removida, a pedido, pelo critério de antiguidade, da comarca de Alto Parnaíba. Nuza Maria Oliveira Lima ingressou na magistratura em 2016, sendo titularizada como juíza da Comarca de Alto Parnaíba.

Respondeu também por um ano pela Comarca de Tasso Fragoso. "Na nova comarca, continuarei exercendo as atividades judicantes obedecendo à Constituição Federal e valorizando os princípios da magistratura, julgando sempre com ética e imparcialidade", ressaltou Nuza Maria. Prestigiaram a cerimônia os desembargadores José Jorge Figueiredo dos Anjos, Bayma Araújo e Luiz Gonzaga Almeida Filho.

Tese do MPMA leva a condenação no Tribunal do Júri, em Viana

Em sessão do Tribunal do Júri realizada na última terça-feira, 3, em Viana, Thallys Diennio Cutrim Muniz foi condenado a 21 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pelo assassinato de João da Cruz Barros. Atuou no júri o promotor de justiça Gustavo de Oliveira Bueno. A sentença foi assinada pela juíza Carolina de Sousa Castro.

O crime ocorreu em 29 de julho de 2015. O condenado e a vítima haviam iniciado uma discussão causada por ameaças feitas, dias antes, por Thallys Muniz a sua tia, companheira de João da Cruz Barros.

No caminho para casa, João da Cruz foi atingido por quatro facadas, duas delas quando já estava caído. A vítima foi socorrida e levada ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu no dia 1º de agosto de 2015.

Os jurados acolheram a tese defendida pelo Ministério Público do Maranhão, condenando Thallys Muniz por homicídio qualificado por motivo fútil e por meio de recurso que impossibilitou a defesa da vítima. A pena deverá ser cumprida na Unidade Prisional de Viana.